

Novo traçado para Brasília

11 OUT 2002

TRIBUNA DO BRASIL

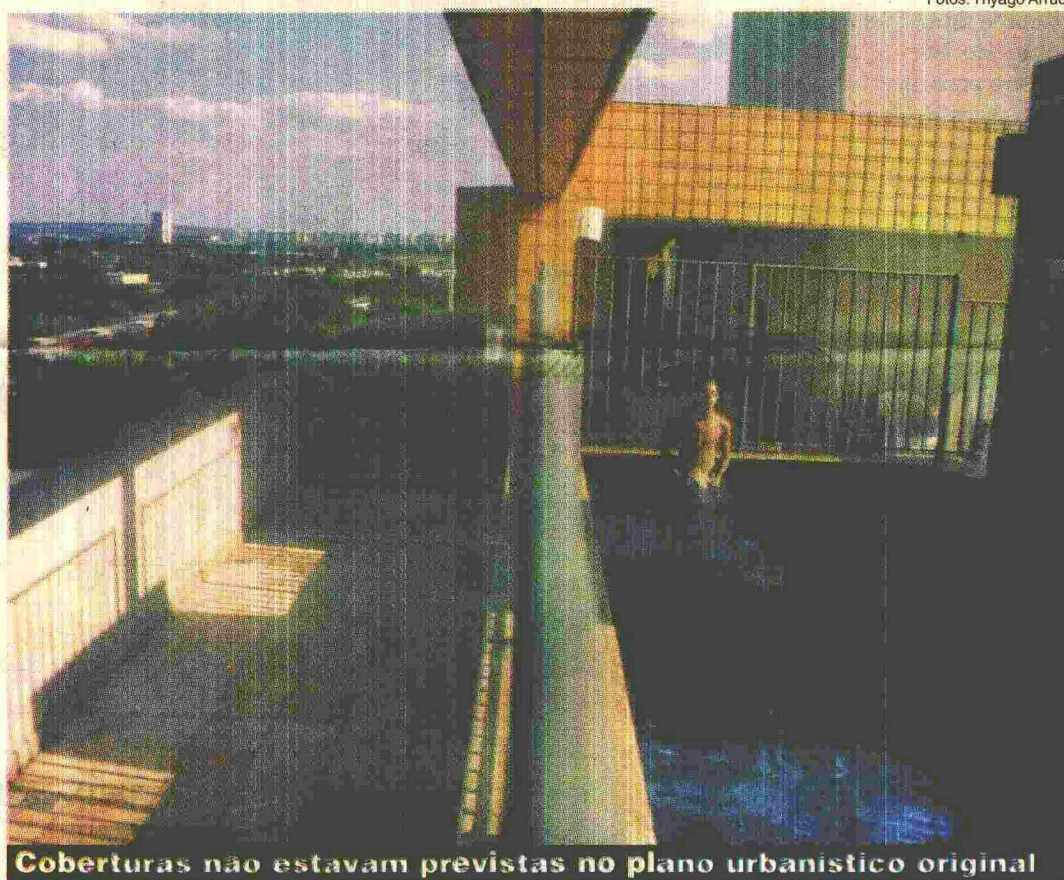
Um conjunto DE NORMAS PARA REGULAR O GERENCIAMENTO DO SETOR URBANO DE BRASÍLIA COMEÇA A SER ESTUDADO POR GRUPO EXECUTIVO, FORMADO POR REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E GOVERNO

Fabio Pedrosa

O acelerado processo de urbanização do Distrito Federal tornou irreversível a transformação de Brasília em uma metrópole. A pressão natural do crescimento da periferia traz um novo desafio, que é a criação de diretrizes que respeitem o desejo de manter as características que fizeram do projeto urbanístico um Patrimônio Cultural da Humanidade ao mesmo tempo em que permitam o desenvolvimento da cidade.

Para conciliar esses dois interesses, Brasília começa a discutir a criação de seu plano diretor. Trata-se de um conjunto de normas para regular o gerenciamento do setor urbano, com diretrizes, ações e projetos para a área tombada.

Os trabalhos já começaram. O grupo executivo, formado por 21 representantes, de conselhos comunitários, Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Federação do Comércio do DF (Fecomércio), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Federação das Indústrias de Brasília (Fibra) e outras entidades da sociedade civil e do governo do DF, definiu prioridades. As questões emergenciais são o diagnóstico da situação, a questão das coberturas nos prédios residenciais, as normas para construções nos setores de clubes e a cri-



Coberturas não estavam previstas no plano urbanístico original

ação de um grupo de apoio logístico, para financiamento de workshops, vinda de especialistas e outras despesas urgentes.

Estes pontos são prioritários porque a demora em resolvê-los pode custar caro. No caso das coberturas, individuais ou coletivas, o que está em jogo é o padrão visual pensado por Lúcio Costa para a cidade. "A idéia dos seis pavimentos está muito clara no

projeto do urbanista", diz Eliana Klarmann, da Subsecretaria de Urbanismo e Preservação do GDF, diretora do grupo executivo. "Um decreto permitiu a construção em 40% da cobertura, que deveria ser afastada da fachada. Mas o que se vê hoje está totalmente fora desse padrão, causando uma interferência estética no Plano Piloto".

Nos setores de clubes, o problema é a falta de um

padrão. O conceito urbanístico permite construções para esporte e lazer e abre espaço para restaurantes. Mas a legislação ainda não é clara quanto ao percentual do terreno que pode ser ocupado pela área de alimentação. A ambiguidade torna possível empreendimentos que em nada lembra clubes. "Temos que discutir com a sociedade para eliminar essas brechas. Ou pode ou não pode", explica Klarmann.

Fotos: Thyago Arruda

Mas talvez o mais importante seja a avaliação de como a cidade está hoje. É o levantamento de quais pontos precisam ser discutidos e o que pode ser feito para preservar as características iniciais. São mudanças que foram ocorrendo ao longo dos 42 anos de existência de Brasília, seja pela permissividade dos governos locais, seja pelas diferentes interpretações dadas à legislação, que tem muitos pontos nebulosos.

"Alterações de uso dos terrenos é um exemplo", diz a presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte, Emília Fernandez. "O paisagismo, que com o tempo passou a servir de empecilho para o livre passeio entre os pilotis dos blocos residenciais, na minha opinião deveria voltar a seguir o objetivo inicial", conta Emília. Outros exemplos são a ampliação dos comércios locais, que toma área verde e vem sendo feito sem planejamento nem padrão, e a continuidade dos clubes de vizinhança, espaços projetados para a convivência dos moradores.

■ Serviço:

Para saber mais sobre o assunto e participar do debate, procure a Subsecretaria de Urbanismo e Preservação, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do GDF: 225-5908 ou 322-0379.